

Revisitando o governo João Goulart: discussões históricas e historiográficas

*Revisiting the João Goulart government:
historical and historiographical discussions*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i28.55364>

Thiago Fidelis

Universidade Estadual de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>

fidelisrp@gmail.com

Resumo

O artigo faz um balanço historiográfico sobre o governo João Goulart, tendo como enfoque o golpe civil-militar de 1964, levando em conta desde a produção logo após o fato até o início da década de 2020, discutindo como a história e a memória foram sendo reconstruídas e ressignificadas de acordo com as perspectivas dos diferentes contextos e dos diversos atores sociais que estavam em pauta no momento. É possível indicar como conclusão que, conforme a época e os sentidos das análises, João Goulart perpassou por inúmeras faces: do homem despreparado para ocupar o cargo, passou por aquele que foi tragado pelas condicionantes e pouco poderia fazer algo, sendo resgatado como um grande estadista e, por fim, problematizado como um agente que, com suas contradições, procurou implantar um modelo de governo dentro de sua própria perspectiva. A justificativa de tal abordagem ocorre pela urgência em pensar como os ecos da ditadura ainda se fazem ouvir nos dias atuais, tendo em vista toda a movimentação advinda do governo de Jair Bolsonaro (2019-2023), que culminaram com a tentativa de golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023.

Palavras-chave

Historiografia; João Goulart; Golpe Civil-Militar

Abstract

The article makes a historiographical assessment of the João Goulart government, focusing on the civil-military coup of 1964, taking into account from the production shortly after the fact to the beginning of the 2020s, discussing how history and memory were being reconstructed and resignified according to the perspectives of the different contexts and the various social actors that were on the agenda at the time. It is possible to indicate as a conclusion that, according to the time and the meanings of the analyses, João Goulart went through countless faces: from the man unprepared to occupy the position, he passed through the one who was swallowed up by the conditions and could do little, being rescued as a great statesman and, finally, problematized as an agent who, with his contradictions, He sought to implement a model of government within his own perspective. The justification for such an approach is due to the urgency of thinking about how the echoes of the dictatorship are still heard today, in view of all the movement coming from the government of Jair Bolsonaro (2019-2023), which culminated in the attempted coup d'état on January 8, 2023.

Keywords

Historiography; João Goulart; Civil-Military Coup

Introdução

No decorrer do dia 01 de abril de 1964, embora várias ocorrências despontavam por todo o território brasileiro, a principal expectativa girava em torno da ação de João Belchior Marques Goulart, presidente do país que estava sofrendo um golpe de Estado. Haveria reação, por sua parte? O país caminharia para uma guerra civil? Ou o poder seria entregue, sem grande resistência, aos militares?

Até o dia 04, que marcou sua saída em definitivo do Brasil, Jango passou por Rio de Janeiro (cidade na qual encontrava-se no momento das primeiras movimentações do golpe), Brasília e Porto Alegre, com inúmeras conversas e negociações com as mais variadas lideranças, civis e sobretudo as militares, em relação aos acontecimentos que consolidavam-se (e as possíveis movimentações que poderiam ocorrer a partir dali) contra seu governo.¹

O resultado de todo esse processo já é bastante conhecido e consolidado na história e historiografia sobre o tema, uma vez que Jango optou por não resistir, evitando uma guerra civil e rumando para Montevidéu, tendo como único ato de resistência o fato de declarar, a todo o tempo, na capital uruguaia, que não tinha renunciado e nem abandonado o país (conforme tinha sido declarado no dia 02, no Senado, como justificativa para sua saída do cargo de presidente), mas sim forçado à fuga para evitar um imenso banho de sangue². No dia 10, juntamente com as principais lideranças ligadas ao PTB e às movimentações progressistas na política (ou em outras esferas sociais), Jango foi formalmente cassado e perdeu seus direitos políticos por 10 anos³. Não conseguiu ser beneficiado pela Lei da Anistia em 1979, uma vez que morreria 03 anos antes; abatido por um infarto, seu falecimento é, até hoje, motivo ainda de controvérsias.⁴

Partindo desses princípios, a intenção desse artigo é analisar como, na historiografia e na produção de conteúdo sobre o tema em geral, a narrativa sobre o governo Jango (como ele era conhecido) foi construída, notando suas nuances e contornos distintos conforme as épocas distintas. É importante levar

1 FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

2 TAVARES, Flávio. 1964: O golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014.

3 NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

4 SILVA, Juremir M. Jango: a vida e a morte no exílio. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2013.

em conta que abordar uma obra historiográfica sempre implica em analisar uma dupla temporalidade: o tempo do objeto em si estudado e o tempo de quem analisa tal ponto. Essa interação, embora possa passar despercebida e parecer pouco importante, carrega em si as principais peculiaridades da História, uma vez que as diferentes abordagens e suas comparações indicam que essa área de estudo, de fato, implica tanto sobre o presente como sobre o passado em si abordado.⁵

Em linhas gerais, desde o golpe em si, boa parte da produção (acadêmica ou não) sobre o governo de Jango pautou-se nos momentos de crise, sempre levando em conta a instabilidade e a inconstância do governo Jango⁶. Passar por essas páginas implica um quadro no qual, desde o início, o mandato estava comprometido e que o golpe era inevitável, uma vez que a oposição ao presidente era muito forte e, graças aos seus defeitos e sua radicalização, seu poder foi implodindo a ponto de sofrer um golpe já estruturado por setores civis e militares.⁷

No entanto, nos últimos anos as análises sobre o período têm levado em conta outros aspectos, considerando outras perspectivas do período.⁸ É importante levar em conta que, se para quem analisa de um tempo distinto, os acontecimentos de uma determinada época parecem óbvios e estão conectados de maneira praticamente didática e pedagógica, essa visão deriva da construção de narrativas e estudos estruturadas, não sendo, necessariamente, a mesma ordem ou lógica dos fatos que ocorreram no momento.

Nenhuma análise historiográfica busca reconstruir o passado “como ele foi” ou captar, exatamente, a visão das personagens da época. No entanto, há um esforço contínuo, por parte do(a) historiador(a) em buscar evidências para reconstruir o período estudado, de maneira fidedigna, mas que, ao mesmo tempo, faça sentido enquanto narrativa. Sendo assim, para estruturar esse artigo, a análise passará por alguns outros períodos e análises em relação ao governo Jango, procurando entender como esse processo ocorreu e as mudanças que aconteceram ao longo dos anos, evidenciando as mudanças de

5 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

6 DELGADO, Lucília A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, 2010, 14(28), p. 125-145.

7 FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

8 FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

perspectivas conforme a temporalidade e as problemáticas também cambiavam.

Os períodos visitados não foram exaustivamente analisados, uma vez que a intenção não foi fazer um levantamento quantitativo, demonstrando o número exato de obras ou outras análises estruturadas relacionadas ao assunto. Dos períodos escolhidos, foram selecionados estudos que demarcaram grande influência para outros, evidenciando sua importância a partir dessa perspectiva. Sendo assim, naturalmente algumas análises estarão ausentes ou serão citadas como complemento de algumas argumentações, não pela sua falta de importância, mas sim por um processo de escolha, de acordo com o escopo e com as perspectivas elencadas na pesquisa.

“No calor da hora”: a produção imediata do tema⁹

Já durante o governo, houve uma disputa bastante intensa de narrativas em relação ao governo e aos fatos do tempo presente, evidenciando uma grande batalha política nesse aspecto. Para além das distintas narrativas entre os jornais (fator a ser melhor analisado nas próximas seções), a publicação de obras, sejam elas originais ou conjunto de artigos escritos para a imprensa ou cursos deram a tônica das primeiras publicações sobre seu governo, tendo duas grandes perspectivas: a defesa das ações do presidente e o ataque a essas e à própria figura de Jango.

No mês seguinte à deposição de Jango, foi publicada a obra *Os idos de março e a queda em abril*, organizada pelo jornalista Alberto Dines. Com artigos de jornalistas filiados ao *Jornal do Brasil* (JB), o livro trazia a perspectiva, de maneira geral, da própria publicação, que passara por uma reforma bastante intensa na década de 1950 tanto na parte gráfica quanto no editorial, tendo consolidado tais perspectivas com a entrada de Dines como editor-chefe em 1961, cargo que ocuparia até 1973.¹⁰

⁹ Por uma questão metodológica, trataremos as obras desse tópico não como uma bibliografia, mas sim como fontes, uma vez que foram escritas, praticamente, de maneira concomitante com os acontecimentos analisados na tese. Tal perspectiva não serve para diminuir a importância desses trabalhos, mas sim situá-los em uma condição distinta, uma vez que não pode ser cobrado desses textos perspectivas teóricas e metodológicas de análise escritas em momentos posteriores.

¹⁰ FERREIRA, Marieta M. A reforma do *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Os textos da obra, embora não publicados no JB, refletiam as posições de seus escritores, bem como da perspectiva do periódico, favorável ao golpe de 1964. Após uma cobertura bastante crítica do governo Jango, a publicação celebrou sua queda, indicando em manchete do dia 03 de abril, após as informações de que Jango não resistiria, que “GOULART TOMA RUMO DESCONHECIDO E O BRASIL VOLTA À NORMALIDADE”, com uma foto em destaque da edição da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* realizada no Rio de Janeiro, que serviu como uma espécie de “celebração popular” pelo golpe, que foi colocado algumas vezes, em suas páginas, como “Revolução”.¹¹

No livro em si, a própria divisão dos textos e a ênfase dos jornalistas que escreveram sobre indicavam que, de maneira geral, a movimentação de 1964 fora necessária pela inépcia e incompetência de Jango e de seu entorno político¹². Figuras que atuaram abertamente contra o governo instituído, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita Filho (que tiveram capítulos da obra dedicados às suas atuações) ganharam imenso destaque nessas páginas, indicando que, assim como na manchete destacada pelo jornal, o país agora estava “tomando rumo”. Entre as inúmeras visões negativas pintadas pela obra em relação ao presidente deposto e as referências positivas ao golpe, segue abaixo a de Alfred Dines, no último texto da coletânea, intitulado “Dança dos Deuses”:

Compreendemos: não foram só os generais que derrubaram Jango. Quem derrubou Jango foram os que não saíram para defendê-lo. Tratava-se de uma eleição. Houvera uma opção clara. Não foram os planos militares que derrotaram as esquerdas. Foram os sentimentos contra elas (...) Os olhos do mundo, fixos em nós, descobrimos que, debaixo dos deuses, estava o grande herói da façanha: aquele povo que Jango alijara de seu caminho.¹³

Dois meses depois do lançamento da obra organizada por Dines, a editora Civilização Brasileira, estruturada por Ênio Silveira, lança uma obra em uma perspectiva parecida, intitulada *O Ato e o Fato*, embora contivesse as crônicas de um só jornalista, Carlos Heitor Cony, que também era um romancista já

11 DINES, Alberto (org). Os idos de março e a queda em abril. José Álvaro Editor: Rio de Janeiro, 1964.

12 DINES, Alberto (org). Os idos de março e a queda em abril. José Álvaro Editor: Rio de Janeiro, 1964.

13 DINES, Alberto (org). Os idos de março e a queda em abril. José Álvaro Editor: Rio de Janeiro, 1964, p. 352-353.

vinculado ao grupo, tendo publicado vários romances desde meados da década de 1950.

O jornalista escrevia colunas para o *Correio da Manhã* (CM), um dos jornais que mais se movimentaram contra o governo Jango, publicando ativamente contra o mandatário. Seus editoriais dos dias 31 de março e 01 de abril de 1964 são constantemente lembrados, seja pela historiografia ou na sociedade em geral, por suas palavras contundentes e, sobretudo, pelos títulos com termos estridentes e no imperativo. O primeiro, intitulado BASTA!, indicava imensa incapacidade de Jango de governar, além de afirmar que, com as ações de seu governo, ele buscava “convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta”, finalizando que “O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!”.¹⁴

Já o segundo editorial, ainda mais estridente e escrito conforme a crise ganhava contornos ainda mais dramáticos, confirmou a ideia de que era necessário salvar o Brasil do autoritarismo de Jango, pois “Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade”, pedindo que Jango “devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar”.

Em sua coluna *Da arte de falar mal*, em parceria com Octavio de Faria, o autor convergia com a visão do jornal sobre o governo Jango, afirmando todos os pressupostos publicados, posteriormente, nos famosos editoriais da publicação (embora ele não os tenha escrito). No entanto, diferentemente do CM, Cony não foi simpático, desde o início, à movimentação militar e ao golpe deferido, sendo sua crítica iniciada pela ironia (típica da sua produção) e caminhando para textos mais incisivos, como “O medo e a responsabilidade”, no qual afirmara que “Até agora os militares falam apenas em limpar o terreno. A expressão é tipicamente de quartel. Mas o Brasil não é um quartel. É um povo com crianças que passam fome”.¹⁵

Embora exercendo frontais críticas à chegada dos militares no poder – ações às quais culminaram com sua saída do CM, prisões e um breve exílio – seus textos se aproximavam, em relação à obra *Os idos de Março e a queda de Abril*, em relação à visão bastante negativa sobre o governo de Jango e sua imagem,

¹⁴ CM, BASTA!, 31/03/1964.

¹⁵ CONY, Carlos H. O ato e o fato: o som e a fúria do que se viu no Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 24.

sendo que esse era considerado por Cony como alguém “completamente despreparado para qualquer cargo público, fraco, pusilânime e, sobretudo, raiando os extensos limites do analfabetismo”.¹⁶

No aspecto referenciado nessa tese, tais obras aproximam-se no sentido de taxarem Jango como alguém “sem condições” de exercer a presidência, demonstrando uma imensa fraqueza de ação que irritavam a todos, desde seus conselheiros mais fiéis até seus opositores mais extremos. Sendo assim, tais narrativas reforçavam a visão de grande parte da imprensa da época, que não viam o presidente como um comunista em potencial prestes a tornar o Brasil “bolchevique”, mas sim alguém completamente influenciável que, rodeado de pessoas com ideias extremistas, poderia arrastar o Brasil para as “garras comunistas” por sua inabilidade e incompetência.

Para completar essa primeira parte, em 1965 foi publicada a obra *O Golpe Começou em Washington*, de Edmar Morel. Jornalista e escritor já com grande experiência, colaborou para o *Ultima Hora* em vários momentos entre as décadas de 1950 e 1960 e esteve na primeira leva de nomes que tiveram seus direitos políticos cassados no *Ato Institucional (A.I.)* publicado em abril de 1964. Um ano após a consolidação o golpe, em 01 de abril de 1965, publicou a referida obra, motivado por duas perspectivas: “sentia-me revoltado com as violências cometidas pelos órgãos de repressão que invadiam lares, torturavam e matavam; e indignava-me a presença dos agentes norte-americanos que, em contato direto com Washington, transmitiam as ordens aos chefes do golpe de 1964”.¹⁷

Com um passado de jornalista investigativo e com livros sobre vários temas importantes da história do Brasil (o de maior destaque, *Almirante Negro*, biografia de João Cândido), Morel buscou intensa documentação e publicou a obra em formato de uma grande notícia investigativa, gênero no qual especializara-se em três décadas de carreira. A obra foi pioneira em trazer ao debate a presença dos EUA em todo esse processo (o uso do próprio termo golpe foi um outro aspecto importante, já que se usava muito pouco essa expressão até então), pensando desde o início do mandato de Jânio Quadros, com as ações de Leonel Brizola (enquanto governador do Rio Grande do Sul) e os desdobramentos da renúncia e da difícil posse de Jango.¹⁸

16 CONY, Carlos H. O ato e o fato: o som e a fúria do que se viu no Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 23.

17 MOREL, Edmar. Histórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 247.

18 MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

No tocante ao governo Jango, a perspectiva é diferente em relação aos pontos colocados nos outros textos. Sua abordagem é próxima da construída pela UH e via o governo com simpatia, apontando que Jango estava cada vez mais pressionado e, pela perspectiva de querer sempre conciliar, acabou tomando decisões que culminaram com o golpe. Esse é visto de maneira negativa (perspectiva distinta dos outros autores), indicando que ocorrera, basicamente, por pressão das empresas e políticos estadunidenses, que possuíam apoio de vários grupos da elite brasileira.¹⁹

Assim, Morel deixa bem claro, nas páginas de sua reportagem/obra, que Jango fora vítima do processo. Se suas ações não foram as melhores possíveis para o período, elas não indicam, entretanto, que tais erros causaram o golpe. Pelo contrário, o autor indica que:

Naquele comício, o Sr. João Goulart, ao descer do palanque, estava com a sua sorte selada, irremediavelmente perdido. O episódio dos marinheiros e sargentos foi o tiro de misericórdia (...) Do Comício da Reforma Agrária ao 1º de Abril, foi um pulo. Dezesete dias da mais completa anarquia, com um vaivém de ultimatoss do CGT, órgão clandestino, pois nunca fôra registrado; insubordinação dos marinheiros que desacataram ordem de prisão do Ministro Sílvio Mota, e a conseqüente invasão do Sindicato dos Metalúrgicos. O Brasil parou. Todos davam instruções e ninguém as acatava. Era o fim (...).²⁰

Em 1969, foi lançada no Brasil a obra *Brasil: de Getúlio a Castelo*, tradução de uma análise feita pelo estadunidense Thomas E. Skidmore sobre o período de 1930 a 1964 no país. Embora tenha como proposta uma abordagem bastante generalista e factual, teve grande impacto por ser uma das primeiras obras (e, desse contexto, certamente a mais influente) a abordar esses período²¹. Levando em conta o capítulo que aborda o período do governo Jango e o golpe em si, Skidmore indicou que, diferentemente das abordagens acima levantadas, o mandatário nacional não fora uma mera vítima de conspirações, mas sim alguém que errou em suas escolhas ao apoiar-se, sobretudo no final de seu mandato, em setores da esquerda mais “radicais”

19 MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

20 MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 16.

21 SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

que flertavam com o “final” da democracia e indicavam uma ruptura na ordem para atender aos seus interesses.

Sendo assim, Skidmore instituiu a ideia de que Jango caíra tanto pelo radicalismo do grupo mais conservador quanto dos setores mais progressistas ou radicais. Logo, o golpe não seria apenas “culpa” da direita, mas teria também grande responsabilidade de atores sociais ligados ao próprio governo ou afinizados à ele, que teriam tensionado as distensões já existentes até uma parte em que seria impossível mantê-la em um bom funcionamento. Dentro das perspectivas apresentadas, nessa visão instituída pelo estadunidense (e retomada no período pós-Ditadura), o fim da democracia no país teria sido de responsabilidade de ambas as partes na disputa²² ou, na perspectiva adotada por esse trabalho, a tomada de poder teria tido a contribuição de todas as culturas políticas presentes no período.

Por fim, essa primeira abordagem sobre as representações do governo Jango, em textos iniciais, já indicam a pluralidade de argumentos que poderiam surgir, tanto ao seu governo como ao fim do mandato, bem como a perspectiva sobre a ação em 1964, variando entre os termos *revolução* e *golpe*. Em linhas gerais, pode-se apontar que, nessas primeiras abordagens, o golpe foi visto como uma consequência dos acontecimentos políticos dos últimos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, embora com vieses distintos: enquanto Dines e a equipe do JB viam Jango com grande descrédito e a “revolução” com enorme simpatia, Cony coadunava com a visão negativa sobre o presidente deposto, mas discordava que a “revolução” fosse algo positivo; por fim, para Morel, o governo Jango era altamente progressista e foi, basicamente, vítima de um conluio internacional, promovido pelos EUA em contexto de Guerra Fria e amplamente apoiado pela elite militar e burguesa do Brasil, que culminou com o golpe contra seu mandato.

Populismo e o debate econômico: as estruturas e o governo Jango

²² SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Um dos principais conceitos utilizados para a explicação não somente do golpe em si, mas de todo o período anterior estruturado (sendo considerado, normalmente, a partir de 1930), é o de populismo. Conceito o qual já mereceu reflexões mais aprofundadas em outro trabalho²³, pode ser pensado como um conjunto de “fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”²⁴, ou seja, não há um ponto ou característica em específico sobre o termo em si, mas sim uma pluralidade de ideias e perspectivas que estruturam-no²⁵. Entre fins de 1960 e início de 1970, o conceito de populismo foi a principal chave interpretativa para o período estruturado na tese, sendo que o golpe de 1964 foi apontado como o “colapso do populismo”²⁶, uma vez que o desgaste ou final da “fórmula populista” teria evidenciado a crise no período.

Em 1968, a obra *O Populismo na Política Brasileira*, do cientista social Francisco Weffort, trouxe a temática para a discussão dentro dessa premissa. O conjunto de artigos que compôs o livro procurou refletir, de maneira geral, sobre a inserção das *massas*, ou seja, do povo brasileiro na política institucional, tarefa que segundo o autor teria sido iniciada durante os anos de Vargas no poder e consolidado durante o Estado Novo. Sendo assim, o período pós-Vargas seria desafiador exatamente por procurar equilibrar essa participação popular com o domínio da política institucional de uma elite econômica que pouco ou nada se identificava com esse grupo neófito nas tratativas políticas no país.²⁷

O cenário eleitoral após 1945 seria marcada, sobretudo, pelo personalismo, fazendo com que o sistema partidário ficasse refém aos seus principais líderes, uma característica que seria típica do populismo. Além disso, do

23 FIDELIS, Thiago. Tostão contra o milhão: a trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de S. Paulo (1947/1955). Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2015 (Luminária Acadêmica).

24 INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13^o ed. 2007, p. 980.

25 INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13^o ed. 2007.

26 IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

27 WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ponto de vista socioeconômico, a política econômica instituída nos anos de Vargas no poder estimulou uma maior participação social, mas não instituiu uma melhor distribuição de renda, mantendo a concentração econômica e, assim, beneficiando mais a burguesia do que o proletariado.²⁸

A política varguista teria sobreposto o Estado à economia, fazendo com que essa desenvolvesse-se a partir da primeira. Segundo o autor, a morte de Vargas em 1954 colocara um fim à essa perspectiva, mesmo com um esforço do governo JK para reverter tal ponto. No entanto, o esforço do presidente mineiro acabara esgotando os recursos financeiros do Estado, desencadeando uma imensa crise econômica no Brasil que praticamente inviabilizara os mandatos de Jânio Quadros e, posteriormente, de João Goulart.

Além disso, a morte de Vargas deixara um vácuo de lideranças muito grande, uma vez que ninguém conseguira, na visão de Weffort, ocupar tal posto. Sendo assim, o populismo permitira uma maior participação popular, mas sem integrar essas pessoas de maneira mais plena, fazendo com que essa participação fosse tutelada. Nessa perspectiva, as breves referências em relação ao Jango indicavam que, embora houve esforço por parte desse de tentar mobilizar os mesmos recursos e perspectivas de Vargas, tais ações não foram bem-sucedidas e, frente à uma crise já intensamente instaurada, os militares aproveitaram o “vácuo” existente para conquistar o poder, dando “fim” ao ciclo populista no Brasil.²⁹

Dentro de uma perspectiva próxima, a obra *O Colapso do Populismo do Brasil*, de Octávio Ianni, também traz algumas reflexões importantes sobre tal aspecto. Ianni parte da perspectiva de que o populismo ganhara força, no Brasil, a partir da *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), quando a produção industrial começara a ganhar corpo no Brasil e, com a formação de uma classe operária urbana na década de 1920, houve a necessidade de se pensar uma nova forma de política que abarcasse esse grupo, sendo a chegada de Vargas ao poder, em 1930, uma espécie de realinhamento político dessas novas tendências sociais.³⁰

28 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

29 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

30 IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

O colapso do populismo, segundo Ianni, começara no governo de JK, que ao flexibilizar o uso do capital estrangeiro pela iniciativa privada, tornara seu governo altamente dependente dessa relação e dificultando a valorização do mercado nacional, característica que seria fundamental para a manutenção das bases populistas. Para o autor, Vargas teria sido o principal líder que, nos anos 1930 e 1940, estruturara o modelo por conseguir equilibrar o desenvolvimento econômico no Brasil, tentando beneficiar tanto a burguesia quanto o proletariado no país, estimulando o crescimento econômico e o desenvolvimento social ao mesmo tempo.

No entanto, o próprio Vargas encontrara dificuldades em manter a fórmula no seu retorno ao governo nos anos 1950, com um contexto marcado pela Guerra Fria e pouco propício para o surgimento de lideranças políticas populistas. Ainda segundo Ianni, vários nomes surgiram nessa perspectiva, mas todos com forças regionais, sendo que o único que transcendera essa limitação teria sido Jânio Quadros que, no entanto, colocara tudo a perder em seu breve governo.

Por fim, o esgotamento da fórmula culminara no governo de João Goulart, que não seria uma liderança populista nem com bases suficientes para estruturar qualquer tipo de medida, sobretudo as *Reformas*, que demandavam mudanças intensas no país. Portanto, para Ianni, o governo de Jango já nascera condenado pela decadência populista e encontrara seu fim nas limitações do político gaúcho no poder.³¹

Muitos dos estudos e obras produzidas sobre o assunto, a partir desse contexto e na década de 1970, situaram-se em universidades e centros de pesquisa fora do Brasil, uma vez que, com a publicação do *Ato Institucional nº 5* (AI-5), várias pessoas envolvidas nesses campos de estudo ou que, por diferentes motivos, não coadunavam com as propostas indicadas pelo governo de Costa e Silva, acabaram deixando o país após serem ameaçadas ou sofrerem diversos tipos de violência, tendo carreiras profissionais e estabilidade econômicas desestruturadas pela perseguição do governo.³²

Nessa perspectiva, um dos principais autores que buscaram compreender esse período no Brasil e que abriu portas para inúmeros pesquisadores brasileiros no exterior foi Alfred Stepan. Em 1971 foi publicada a obra *The*

31 IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

32 CUNHA, Luiz A. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

Military in Politics. Changing Patterns in Brazil (chegando ao Brasil em 1975), na qual Stepan fez uma análise bastante ampla tanto do início da década de 1960, ainda do governo Jango, quanto da instalação do aparato militar e do governo Castelo Branco.

Em linhas gerais, nessa obra Stepan parte de modelos de organização socio-política presentes na Ciência Política estadunidense e, a partir dessas perspectivas, desenvolveu um novo modelo para o Brasil (que, em sua visão, também seria possível estender para outros países da América Latina e da Ásia), que seria o Poder Moderador³³. Nessa perspectiva, a relação entre o Exército e as instituições políticas seria uma espécie de salvaguarda: a todo o tempo em que os líderes civis, por quaisquer motivos, não conseguissem manter a estabilidade ou estivessem fazendo governos mal avaliados ou que estivessem envolvidos de crimes e irregularidades, os militares seriam chamados para o “re-estabelecimento” da ordem e, após um período de transição, um novo grupo civil assumiria o poder, retomando o processo democrático.³⁴

No entanto, no caso brasileiro (e que teria diálogo com outros locais, sobretudo na América Latina), se em 1945 e 1954 tais perspectivas teriam prosperado (mas não em 1955 e 1961), já em 1964 tal aspecto não se confirmaria, uma vez que a suspensão de vários dispositivos da Constituição vigente após o golpe, bem como a extensão do mandato de Castelo Branco para além do período vigente, já indicava que o projeto do Exército não era, somente, de transição de poder. Sendo assim, Stepan indica que, longe de formar um grupo coeso e homogêneo, os militares que assumiram o poder, egressos em sua maioria de formação da *Escola Superior de Guerra* (ESG), criada no mandato de Eurico Gaspar Dutra, traziam uma perspectiva distinta do chamado Poder Moderador, buscando um papel mais central e protagonista dos militares no Estado e na organização social, tendo em vista as constantes ameaças que pairavam a ordem e a sociedade, sobretudo as perspectivas ligadas à esquerda e, sobretudo, ao comunismo.³⁵

Dois anos depois da publicação de *Os Militares na Política*, uma outra obra, resultado de uma conferência internacional realizada na Universidade de

33 STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

34 STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

35 STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Yale, trouxe a contribuição de vários outros analistas, entre eles os brasileiros Luciano Martins e Fernando Henrique Cardoso, intitulada *Authoritarian Brazil*.³⁶

Embora existisse uma ampla discussão sobre os aspectos políticos e as perspectivas institucionais, um assunto que ganhava bastante força nas análises e que fazia-se presente na obra organizada por Stepan era a questão econômica. Desde 1968 o Brasil apresentava altos índices de crescimento econômico, com controle inflacionário e que levava, de certa forma, o país a encontrar uma aparente estabilidade³⁷. E era exatamente nesse aspecto o importante ponto de inquietação: estaria mesmo o país caminhando para uma situação que, diferentemente de vários outros momentos, permitisse seu desenvolvimento sem ter preocupações com instabilidades e inquietações na área econômica?

Tanto em um artigo na obra organizada por Stepan, como em obras próprias, como *Autoritarismo e Democracia*, Fernando Henrique Cardoso (mais conhecido como FHC após o início de sua carreira na política institucional) problematizou tais perspectivas trazendo, sobretudo, o conceito da teoria da dependência, perspectiva na qual o autor seria um dos principais nomes. Em linhas gerais, FHC apontava que o desenvolvimento econômico no Brasil, tendo em conta sua forma de colonização e organização social, seria melhor estruturada ou desenvolvida em uma perspectiva autoritária do que democrática.³⁸ No entanto, no mundo atual (sobretudo no Brasil pós-1964), o chamado patrimonialismo não era uma realidade enquanto fora em séculos passados, embora seus traços eram bastante presentes na relação entre o controle burocrático estatal e a economia. Por um outro lado, esse controle não denotava uma força econômica própria, uma vez que a produção e a circulação de capital, embora ocorresse em solo brasileiro, não era feita por empresas ou investidores do próprio país, mas sim de grupos estrangeiros (sobre-

36 STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, Conn: Yale University Press, 1973.

37 NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

38 CARDOSO, Fernando H. Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, Conn: Yale University Press, 1973.

tudo dos EUA) que, a partir de tais ações, aumentavam seus lucros e concentração de renda, sendo que o crescimento da economia brasileira representava, na verdade, efeitos desse fluxo e não, necessariamente, sua causa ou motivação.³⁹

É importante levar em conta a crise do petróleo de 1973 e os impactos dessa questão no Brasil. Desde fins da década de 1960, o país passava por um período de intenso crescimento econômico a partir de um alto investimento externo, movimento esse que ficou conhecido como Milagre Econômico. No entanto, os altos índices do *Produto Interno Bruto* (PIB), que culminaria em uma campanha ufanista, com slogans instituídos pelo governo de que “ninguém seguraria mais o país”, turbinado por acontecimentos como o tricampeonato mundial de futebol, feito nunca antes conquistado por outra seleção até então, se esvaneceram com o impasse entre EUA e fornecedores de petróleo no Oriente Médio, levando à um imenso aumento do preço da matéria-prima que afetaria a economia em todo o mundo.⁴⁰

Sendo assim, os índices econômicos brasileiros retornaram à realidade dos anos 1960, demonstrando ainda grande debilidade e combatida pela falta de recursos externos, ficando dentro dessa perspectiva ainda por muito tempo. Pouco tempo depois da crise mundial do petróleo, foi lançada a obra *Revolução Burguesa no Brasil*, do sociólogo Florestan Fernandes, que buscou entender a estruturação da sociedade brasileira desde o período colonial, especificando as mudanças econômicas e políticas ao longo do século para uma compreensão mais ampla desses últimos anos no Brasil.

Dividido em três partes, a última delas, intitulada *Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente*, tratou mais diretamente do golpe de 1964, indicando que esse emergira a partir da expansão do capitalismo monopolista, trazendo uma revolução burguesa para o Brasil que, fugindo dos moldes das revoluções progressistas e disruptivas ocorridas no hemisfério Norte (cujas causas remontam à formação social do país, discutidas nos capítulos anteriores), instituiria um desenvolvimento econômico que não romperia com características de produção e organização social dos séculos anteriores, mantendo o abismo

39 CARDOSO, Fernando H. Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, Conn: Yale University Press, 1973.

40 NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

entre as classes sociais e utilizando do autoritarismo para manter as bases desse desenvolvimento. Assim, a ditadura militar instituída era uma consequência bastante óbvia da falta de autonomia do país: “sob a situação de dependência (...) os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro”.⁴¹

Assim, os autores problematizados nessas últimas páginas indicam, em variadas matizes, a ideia de um possível choque entre medidas políticas mais progressistas instituídas por Jango e as estruturas sociais brasileiras, que ainda seriam bastante antigas e que cobravam o preço de sua permanência, não aceitando possíveis inovações que, aparentemente, ameaçavam a manutenção de suas bases de domínio. Parafraseando e reinterpretando Braudel⁴², nesse caso a perspectiva apresentada é a de que o tempo longo “engolia” o tempo curto, impossibilitando que esse desenvolvesse um novo fluxo por estar em desacordo com suas ideias dominantes.

Com o processo da “abertura lenta e gradual” instituída pelo governo Geisel, a ditadura brasileira oscilava entre a debilidade econômica e uma estabilidade política, ainda que bastante frágil. A lei da Anistia, de 1979, marcou um retorno de análises relacionadas à política brasileira e, em especial, aos acontecimentos relacionados ao golpe de 1964. No final da década de 1970, o cientista político Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira publicou, em 1977, a obra *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, livro considerado de memórias, uma vez que o autor trabalhava como jornalista nesse contexto e era ligado, politicamente, ao grupo que foi deposto. No entanto, embora entremeado com lembranças e visões próprias sobre vários assuntos, traz uma análise bastante farta de fontes e entrevistas, indicando várias perspectivas que depois seriam problematizadas em várias outras obras, entre elas a valorização da figura de Jango e a presença dos EUA na trama golpista, aspecto esse que havia sido explorado também pela obra da brasilianista Phyllis Parker, *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*, lançada três anos antes nos EUA.⁴³

41 FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 298.

42 BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. Revista de História, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

43 PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de

Entre os diversos pontos abordados na obra de Moniz Bandeira, as contradições do governo de Jango aparecem sob um viés mais amplo, dialogando com outras obras anteriormente citadas que, deixando de olhar somente para a ação individual (e apontada, muitas vezes, como fraca e fútil) de Jango, observava a conjuntura, entendendo tanto as mudanças socioeconômicas e a dinâmica cultural do período, bem como a conjuntura internacional e a preocupação dos EUA com esse ponto: “Fatores vários confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos de 1950, aguçou (...)”.⁴⁴

No entanto, em 1981 seria publicada a obra considerada fundamental para uma nova perspectiva de análise sobre os pontos elencados acima, principalmente em alguns aspectos já estruturados por Moniz Bandeira. Fruto de sua tese de doutorado, defendida no ano anterior no programa de pós em Ciência Política da Universidade de Glasgow, o cientista político e historiador René Armand Dreifuss estruturou uma abrangente e sólida análise sobre os aspectos levantados em *1964: A Conquista do Estado*.⁴⁵

Mantendo as bases indicadas anteriormente, Dreifuss converge no sentido de que a burguesia brasileira, embora promovesse um desenvolvimento moderno com base na industrialização, não excluía as perspectivas mais arcaicas da sociedade brasileira, principalmente aspectos relacionados ao período colonial e industrial. Ainda que com divergências pontuais com algumas das análises já expostas, o autor conflui no sentido de compreensão de que, embora o Brasil que emergia nos anos 1960 trouxesse um vigor bastante importante em suas roupagens, ainda tinha a essência de uma elite agrária e fortemente pautada nas diferenças de classe, no status e na consolidação da desigualdade social.⁴⁶

Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

44 MONIZ BANDEIRA, Luiz A. O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil - 1961-1964. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 201.

45 DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

46 DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Dentro desse arcabouço, um ponto importante a ser levado em conta e bastante destacado na obra foi o fortalecimento dos partidos e do Congresso Nacional no período que antecedeu o golpe, desde a democratização pós Estado Novo. Tal ponto confluía com uma importante obra lançada cinco anos antes, pela cientista social Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, que contestava uma visão difundida nas análises do período, indicando que a queda do regime democrático ocorrera por conta da debilidade do sistema partidário, sobretudo após a eleição de Jânio Quadros, que vencera sem estar vinculado a nenhuma das principais agremiações do período (embora apoiado pela UDN). Trazendo dados empíricos e análise de fontes e bibliografia, Souza indicou que, ao contrário dessa perspectiva, tanto no Congresso quanto na política institucional em geral, os partidos possuíam grande força e, exatamente por isso, tiveram mais autonomia e resistência em relação às atividades do Executivo, não sendo permissivo às ações vindas do mandatário nacional.⁴⁷

No entanto, mesmo essa consolidação partidária não impediu que os empresários e a chamada tecnocracia, utilizando os termos de Dreifuss, investissem em outras estruturas para representar seus interesses no contexto. Os complexos do *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), organizações apartidárias financiadas com o intuito de promover campanhas contrárias não somente a Jango, mas contra toda a estrutura da cultura política trabalhista e as medidas progressistas propostas pelo governo na época. Dentro dessa perspectiva, o autor indica que os desdobramentos desses grupos foi fundamental para a consolidação de uma base teórica e, ao mesmo tempo, uma propaganda que fomentasse os “perigos” das políticas de esquerda no período, construindo um amplo arcabouço de legitimação para o golpe que viria a acontecer, tecendo já anteriormente sua narrativa, de que tal ação seria necessária para a garantia de um bom futuro ao país.⁴⁸

Embora os críticos à obra tensionem, entre outras coisas, a uma excessiva atenção à presença empresarial no processo e à minimização da ação militar

47 SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

48 DREIFUSS, René A. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

no processo, ainda assim a obra de Dreifuss é extremamente influente exatamente por demonstrar que a ação militar em 1964 não ocorreu somente pela vontade dos militares em tomar o poder, mas sim por uma confluência de interesses que, na perspectiva estruturada na tese, pode ser lida pela conjunção entre os membros da cultura política liberal-autoritária e da militar que, embora possuíssem suas divergências, tinham alguns pontos em comum, sendo que os governos militares posteriores foram construídos nessa simbiose que, funcionando bem ou não, acabou balizando praticamente todo esse período ditatorial.⁴⁹

Em 1984, uma outra obra surgida de uma tese de doutorado em Ciência Política chegaria ao mercado editorial, problematizando o mesmo período, *Estado e Oposição no Brasil – 1964/1984*, de Maria Helena Moreira Alves. Surgida a partir do trabalho realizado no programa de pós-graduação do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), a obra da pesquisadora brasileira dialoga com a bibliografia até então elencada e traz uma perspectiva distinta de análise, procurando estruturar as configurações de poder construídas e exercidas no Brasil após 1964.

Também partindo do princípio de que o golpe em si não trazia já um projeto pronto de poder, ele foi construído dentro de uma perspectiva que a autora denominou de Estado de Segurança Nacional, que teria substituído o que seria o Estado Populista, caracterizado no período anterior, entre 1930 e 1964. Essa nova forma de poder, que conciliava autoritarismo político com um capitalismo ainda mais dependente, não foi organizada de maneira linear e homogênea, possuindo inúmeras crises e vários desencontros entre aqueles que estavam exercendo o poder ou quem os apoiavam.⁵⁰

De maneira geral, a autora indicou que, como saldo desse período, embora esse Estado de Segurança Nacional não conseguiu consolidar seu modelo perante as necessidades da Sociedade Civil e ruína por conta disso, conseguira manter um de seus objetivos ao estruturar o golpe em 1964, que fora o controle dos mecanismos sociais pelo aparato repressor do Estado, indicando que mesmo com o fim do autoritarismo do período ditatorial, vários setores sociais continuariam sob controle irrestrito dos detentores do poder e, sem

49 MELO, Demian B.; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Tempos Históricos*, Volume 18, 1º Semestre de 2014, p. 13-43.

50 ALVES, Maria H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

nenhuma coincidência, esses grupos tutorados eram, basicamente, os mesmos que ganhavam mais espaço para suas demandas no governo de Jango, pré-golpe de 1964.⁵¹

Por fim, uma terceira tese de doutorado em Ciência Política, defendida em Stanford no ano de 1979 e publicada em 1986, trazia uma contribuição bastante valiosa para o debate sobre o golpe em si. A obra *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, de Wanderley Guilherme dos Santos, apresentou como pressuposto uma ideia distinta em relação à crise, indicando que o fim do governo de Jango não fora por conta das Reformas de Base ou por uma maior movimentação de esquerda no país, mas sim por uma espécie de “paralisia” do poder decisório desse período, sendo a crise muito mais por entraves institucionais do que por perspectivas ideológicas.⁵²

Em linhas gerais, Santos contestou a perspectiva de que o gérmen do golpe estava colocado nas contradições das mudanças sociais, do país, em fins de 1950 e início de 1960: para ele, nem as perspectivas progressistas do período, nem as disputas partidárias no Congresso indicavam o colapso do governo Jango e nem do regime. O aspecto central da argumentação, buscando fugir de uma possível inexorabilidade da história (muito comum nessas obras que, por observar os fatos em retrospectiva, possuem o privilégio e, de certa forma, a maldição, de já conhecer o resultado final), é a de que a polarização política, com o então presidente ao centro e dois extremos, cada um em um polo distinto, foi paralisando as ações do Executivo na medida em que sua composição com qualquer grupo ficava cada vez mais inviável, levando a uma letargia que, não tolerada aos olhos de nenhum dos extremos, foi aumentando a pressão, cada um ao seu modo, sob as ações do mandatário nacional.⁵³

Embora tal perspectiva não traga grande originalidade em sua sustentação, demonstra que, ao contrário do que muitas análises indicavam, o golpe de Estado não era inevitável, ou seja, se essa letargia tivesse sido evitada, possivelmente Jango não teria sido deposto. Sendo assim, Santos indica um cami-

51 ALVES, Maria H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

52 SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

53 SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

nho bastante importante nessa perspectiva, ao colocar que as disputas partidárias, como já havia sido trilhado por Maria do Carmo Campello Souza⁵⁴, é uma variável no campo de estudo tão importante quanto a conjuntura socioeconômica, seja nacional ou internacional.⁵⁵

A redemocratização e as novas perspectivas sobre Jango

No contexto brasileiro, o final do período ditatorial, com o fim do governo de João Batista Figueiredo e o início do governo de José Sarney marcara, entre outros aspectos, uma intensificação sobre os estudos do período abordado na tese, indicando maior preocupação em compreender como o regime vindouro havia se instalado e consolidado⁵⁶. Após a promulgação da nova Constituição, em 1988, bem como a primeira eleição direta em quase 30 anos, a ordem democrática parecia consolidada em território nacional, levando à novas perspectivas de estudos sobre a temática em si⁵⁷. Uma das obras mais influentes, assim como as anteriores comentadas, originou-se de uma tese de doutorado em Ciência Política no exterior, dessa vez da Universidade de Chicago, de 1987, que seis anos após chegou ao mercado editorial com o título *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, de Argelina Figueiredo. Na obra, a autora fez um balanço das principais proposições até então elencadas, indicando que o golpe de 1964 teria sido fruto não somente das estruturas e redes sociais, tampouco das ações e qualidades ou defeitos individuais de Jango: a interação entre o contexto e as práticas governamentais seria o ponto central de análise dessa perspectiva.⁵⁸

54 SOUZA, Maria C. C. Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

55 DELGADO, Lucília A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, 2010, 14(28), p. 125-145.

56 NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX, Volumen 2, Año 2*, 2011, p. 209-217.

57 NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX, Volumen 2, Año 2*, 2011, p. 209-217.

58 FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*:

A ênfase da obra aparece, dentro dessa perspectiva, nas ações pensadas tanto por Jango como pelos grupos que compunham seu governo ou que o apoiavam, entendendo que as divergências entre as perspectivas adotadas e suas práticas teriam sido a principal chave para entender o golpe. Sendo assim, o ponto central de análise da autora passa não necessariamente pelo contexto nem pelas pressões opositoras sobre quem estava estabelecido no poder, mas sim pelas contradições presentes dentro da própria cultura política trabalhista, fazendo com que o mandato de João Goulart ruísse e, junto com ele, a chamada democracia populista.⁵⁹

Com os 30 anos do golpe em 1994, vários eventos foram realizados e inúmeras análises ou revisões historiográficas foram publicadas, seja em formato de artigo ou livros. Como fruto dessas perspectivas, a obra *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, organizada pelos cientistas sociais Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares⁶⁰, trouxe uma série de contribuições no intuito de mapear, de maneira mais detalhada e complexa, toda a trajetória dos militares no poder, desde a tomada desse pelos membros das Forças Armadas até sua saída na década anterior.

No artigo que abre o livro, Gláucio Soares traz em pauta a visão dos militares sobre o golpe em si. Participante de um projeto, dentro do *Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC), em conjunto com a organizadora da obra citada e de outro cientista social, Celso Castro, para um levantamento de depoimentos de membros das Forças Armadas envolvidos tanto no golpe em si como nos governos militares⁶¹. Partindo dessa perspectiva, Soares indica que, ao contrário do que grande parte das obras indicadas aqui aponta, esses membros da cultura política militar não possuíam um plano de poder nem tinham ações racionais estruturadas: de fato, a

1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

59 FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

60 SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAÚJO, Maria C. (org). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

61 JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan/mar. 2018.

perspectiva era tirar Jango do poder pela ameaça do comunismo e pela quebra da hierarquia incentivada pelo presidente, que buscava apoio para suas Reformas de Base.⁶²

Três anos depois foi publicada uma obra, fruto de um evento realizado para debater os 30 anos do golpe, organizada pelo filósofo Caio Navarro de Toledo, trazendo vários autores discutindo e, de certa forma, reavaliando as perspectivas apresentadas até então sobre o golpe. Toledo endossa, em linhas gerais, a ideia de que os avanços sociais do período causaram grande alarma na burguesia brasileira, fazendo com que existisse uma mobilização contra a democracia que permitiria esse tipo de movimentação.⁶³

Dentro dessa coletânea, outra visão a ser destacada é a de Jacob Gorender, que dedicou-se à uma maior compreensão sobre o papel dos grupos de esquerda em todo o processo. Em linhas gerais, traz a perspectiva (que seria bastante debatida nos anos seguintes) de que haviam projetos golpistas dos dois lados: a ideia de democracia era negada ou menosprezada por grande parte dos atores políticos do período. Assim, o historiador indica que o golpe em 1964 teria um caráter, na verdade, de contragolpe, já que os setores mais reacionários brasileiros temiam que as proposições colocadas por Jango e, sobretudo, por Brizola, realmente acontecessem no país.⁶⁴ Tal linha argumentativa aprofunda o que o autor já trouxera em trabalho anterior⁶⁵, mantendo a base da argumentação de que, ao contrário do que era colocado, os movimentos de esquerda representavam uma ameaça real para o *establishment* e que esses grupos teriam se movido para evitar tal aspecto.

62 SOARES, Gláucio A. O Golpe. In: SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAÚJO, Maria C. (org). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

63 TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

64 GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

65 GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

A partir de 2002, o jornalista Elio Gaspari passou a publicar uma série de livros sobre o período ditatorial, iniciando com a obra *A ditadura envergonhada*⁶⁶. Tendo um grande sucesso comercial⁶⁷, essa série buscava esquadriñar o que o autor indicava como *Ilusões Armadas*, fazendo uma espécie de radiografia dos militares no poder durante os 21 anos de sua estadia. Tal obra, polêmica por inúmeros aspectos, teve como fator positivo despertar a curiosidade de uma parcela de leitores bem maior do que as outras obras elencadas para o assunto, embora o tenha feito de uma maneira considerada bastante problemática, pois além de não utilizar uma metodologia científica usual na área de Ciências Humanas, o livro de certa forma relativizou vários aspectos do período ditatorial⁶⁸ e reforçou, em suas páginas, o discurso (já amplamente discutido e desconstruído pelas pesquisas anteriores) de que o golpe militar fora algo necessário contra um possível outro golpe em curso, que traria consequências nefastas ao Brasil.

Além disso, o autor propôs uma nova divisão para o período, indicando que as datas convencionais (início em 1964 e final em 1985) não correspondiam, de fato, ao que teria sido a ditadura (ou o regime militar) no país. O próprio título da obra de Gaspari indica que, nos primeiros anos (em especial, no governo de Castelo Branco) não teria tido, propriamente, uma ditadura, mas sim um período mais autoritário em alguns aspectos, embora com alguns direitos ainda mantidos. Assim, a divisão do jornalista levava em conta que a ditadura começaria, de fato, em 1968, após a publicação do AI-5, durando até 1979, quando o final do governo Geisel e o início do período Figueiredo, sobretudo com a Lei da Anistia, marcava o retorno do país, mesmo que não formalmente, à democracia⁶⁹. Tal perspectiva tornou-se bastante influente, passando a ser utilizada em alguns veículos de imprensa e até estruturadas por outras obras, questão a qual será retomada no texto mais adiante. Com

66 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

67 JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan/mar. 2018.

68 RAMPINELLI, Waldir. Uma análise sobre a trilogia de Elio Gaspari que trata da ditadura militar brasileira. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, núm. 24, 2014, pp. 160-165.

69 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

os 40 anos do golpe em 2004, inúmeros eventos e publicações discutiram a temática, em um contexto em que, entre os dez anos da última data a ser problematizada, dois opositores e perseguidos pela ditadura, embora em polos e perspectivas bastante distintas, foram eleitos presidentes da República: Fernando Henrique Cardoso em 1994 e Luís Inácio Lula da Silva, em 2002.

O ano de 2004 foi bastante profícuo em relação a publicações, eventos e discussões em relação a 1964 e seus desdobramentos, sendo que os anos seguintes também foram permeados por essa produção. Dentre as obras lançadas, o livro de Carlos Fico, *Além do Golpe*, trouxe em seu bojo uma síntese bem estruturada, até então, dos principais aspectos envolvidos no golpe de 1964, indicando uma convergência de vários fatores, como a movimentação interna nacional, seja civil ou militar e a influência estadunidense por conta dos acontecimentos referentes à Guerra Fria, além de fazer um balanço sobre as interpretações do golpe, bem como procurar indicar as falácias por trás de argumentos que procuravam, em linhas gerais, diminuir a responsabilidade ou negar as práticas militares durante os governos militares.⁷⁰

As questões revisionistas, que procuravam indicar, no bojo da Lei de Anistia e da transição política dos anos 1980, de que a ditadura não teria sido tão ruim quanto indicada e que havia certo “exagero” por conta dos analistas sobre o assunto, que não pautavam-se na realidade histórica⁷¹. Concomitante com esse aspecto, surgiram estudos voltados à compreensão da figura de João Goulart, bem como seu governo no início dos anos 1960, assunto que, em grande parte da bibliografia do período já discutida nesse espaço anteriormente, não tinha sido analisado e, quando aparecia nos textos, sempre era em sentido ora pejorativo, ora minimizado, trazendo a perspectiva da fraqueza das ações de Jango e da possível “inexorabilidade” do golpe.⁷²

Embora grande parte da produção buscou a compreensão dos complexos mecanismos do governo de Jango, bem como as intrincadas relações dos grupos

70 FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

71 NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses, [S. l.], v. 8, n. 15esp, p. 9-44, 2015.

72 DELGADO, Lucília A. N. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo, 2010, 14(28), p. 125-145.

que organizaram o golpe e implantaram a ditadura, as perspectivas revisionistas marcaram presença nas publicações, ainda que de forma diminuta. O historiador Marco Antônio Villa publicou, em 2004, a obra *Jango: um perfil (1945-1964)*, trazendo a ideia, em linhas gerais, de que o então presidente em 1964 não teria as mesmas “firmeza” e “coragem” presentes em Getúlio Vargas ou Leonel Brizola, tendo enfraquecido e encolhido perante as pressões contra suas movimentações e fugido, de maneira covarde, quando os militares mal tinham começado a se movimentar⁷³. Em linhas gerais, a obra traça um perfil de João Goulart como alguém que teria caído na política ao acaso, e que se viu perdido em um dos momentos mais difíceis da história do Brasil.

Nos anos seguintes, Jango teria visões distintas da apresentada por Villa. Em 2006, organizada pela historiadora Marieta Moraes Ferreira, a obra *João Goulart: entre a memória e a história* instituiu um panorama bastante diverso do apresentado por Villa, trazendo vários pesquisadores que, nos mais variados prismas, abordam a trajetória de Jango de maneira crítica, indicando suas ações e limitações dentro do contexto indicado, bem como novas visões sobre suas escolhas e chancelas durante o período.⁷⁴

Um dos autores dos artigos da coletânea organizada por Marieta Ferreira, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta publicou, nesse mesmo ano, a obra *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, indicando a visão dos principais cartunistas do contexto, publicados em jornais majoritariamente contra o então presidente, que utilizaram o humor para, predominantemente, criticar negativamente Jango e indicar que, em linhas gerais, seu governo caía aos poucos por sua falta de competência para lidar com as situações adversas⁷⁵. Motta indica que, ao mergulhar no universo das imagens e da visão dos cartunistas, torna-se bastante fácil visualizar a narrativa que os revisionistas buscavam contemplar, ao indicar que tanto a imprensa oposicionista (que era uma grande parte das publicações) quanto outros órgãos consolidaram a perspectiva da queda de Goulart não pela conjuntura ou por interesses de grupos diversos,

73 VILLA, Marco A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

74 FERREIRA, Marieta M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

75 MOTTA, Rodrigo P. S. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

mas prioritariamente por sua inabilidade política⁷⁶, visão basicamente idêntica à explorada anteriormente por Gaspari e Villa.

No ano seguinte, embora não seja uma biografia no sentido mais tradicional, a obra *Jango: as múltiplas faces*, dos historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, trazem à tona, a partir de inúmeros relatos orais feitos aos próprios autores ou depositados no acervo do *Centro de Pesquisa e Documentação de História da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC-FGV) e de fontes da época, um mosaico de declarações, impressões e opiniões sobre o período em que João Goulart ficou no poder. A obra em si não é um simples compilado, mas sim uma problematização desses aspectos, tecendo uma análise dos fatores históricos levando em conta, sobretudo, o equilíbrio entre as visões instituídas nesse caleidoscópio que, ao menor movimento (ainda que involuntário), produz ideias e perspectivas distintas sobre os mesmos fatores.⁷⁷

A principal biografia escrita sobre João Goulart viria pelas mãos de Jorge Ferreira, mas em 2011. Fruto de imensa produção do historiador ao longo de vários anos, artigos e capítulos de livros foram formatados e, com mais textos inéditos e realocados em formato de livro, *João Goulart: uma biografia* traz uma análise completa da vida de Jango, levando em conta desde seus primeiros momentos em São Borja (no qual era um herdeiro de uma rica família de estancieiros que sonhava em ser jogador de futebol) até seu exílio e morte no Uruguai, durante o período ditatorial no Brasil.⁷⁸

Embora seja inegável, ao longo das mais de 700 páginas, a imensa simpatia e benevolência do autor perante o biografado, a obra não perde importância por essa perspectiva, trazendo detalhes até então pouco usuais ou explorados na produção bibliográfica sobre a temática. Em linhas gerais, é possível apontar que, do ponto de vista político, Jango agiu, segundo a perspectiva de Ferreira (e a qual a seguinte tese concorda), com ferramentas e perspectivas bastante parecidas com a de Vargas, procurando sempre a conciliação com os opositores e, mesmo entre os apoiadores que divergiam, buscou sempre ser o ponto de equilíbrio. No entanto, quando a conciliação cessara, a fórmula de governo cessara e, assim como Vargas não conseguiu concluir seu mandato

76 MOTTA, Rodrigo P. S. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

77 GOMES, Angela C.; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

78 FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

em 1954, dez anos depois Goulart cairia em um contexto mais radicalizado, vendo a democracia ser colapsada em definitivo no país.⁷⁹

Os 50 anos do golpe e o “passado que não passa”: os ecos ditatoriais nos anos 2010 e 2020

O ano de 2014, bastante profícuo na produção acadêmica e na mídia em geral, tendo em vista os 50 anos das ações que desencadearam a Ditadura Militar, trouxe inúmeras publicações e alguns aspectos a serem discutidos no campo historiográfico e, sobretudo, na construção da memória do golpe. Várias obras foram lançadas com o intuito de debater não somente o golpe em si, mas também todo o período ditatorial e, em alguns casos, seus efeitos no mundo atual.

É importante levar em conta que, após findar o segundo mandato de Lula e o fim de uma possível articulação para o terceiro mandato (tendo em vista que o então presidente desfrutava de alta taxa de popularidade), em 2010 foi eleita a primeira (e, até agora, única) presidenta do país, a ex-ministra chefe da Casa Civil de Lula, Dilma Rousseff. Embora entrara no governo por um critério técnico e não político (no início do primeiro governo, fora ministra de Minas e Energia, ascendendo ao outro ministério após a saída de José Dirceu), o início de sua participação política não foi institucional, mas sim na militância contra a Ditadura, tendo feito parte de grupos que aderiram à luta armada. Presa em 1970, foi vítima de tortura e ficou quase três anos em cárcere, sobrevivendo às péssimas condições do Presídio Tiradentes, em São Paulo.⁸⁰

Logo no primeiro ano de seu governo, a partir da Lei 12.528/2011, foi instituída a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), cuja principal atribuição seria investigar casos de violação de direitos humanos em prisões não somente no

79 FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

80 PINTO, Célia R. J. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018 (Coleção Cult).

período ditatorial, iniciando em 1946 e indo até 1988⁸¹. As atividades ocorreram até o final do ano de 2014, sendo que as obras publicadas nesse ano foram escritas e discutidas dentro desse contexto, que trouxe à tona depoimentos e inquéritos tanto de presos políticos que foram vítimas dos governos militares quanto dos agentes que atuaram na repressão nesse período.⁸²

Dos títulos lançados dentro dessa perspectiva, um dos que mais teve divulgação e impacto foi a obra do historiador Marcos Napolitano, *1964: História do Regime Brasileiro*⁸³, trazendo a estrutura da narrativa (também voltada ao público em geral, característica comum da maioria dessas obras) desde o governo de Jango até o final do período militar, passando também pelo contexto cultural do período, aspecto que constitui o objeto de estudo durante praticamente toda a carreira do autor.⁸⁴

Em algumas partes da obra, Napolitano discute a questão da memória formada em relação à ditadura (tendo amplo destaque no último capítulo da obra), tendo como um dos aspectos o que ele chama de “mito da ditabranda”, a qual dedica o terceiro capítulo e discute um termo utilizado na imprensa em 2009, que causou uma enorme discussão dentro dessa perspectiva. O editorial *Limites a Chávez*, publicado em 17 de fevereiro de 2009, no jornal *Folha de S. Paulo*, em sua argumentação procurou diminuir o impacto do número de prisões e mortes no período ditatorial brasileiro, utilizando o termo em questão (*Limites a Chávez*, 17/02/2009) que seria uma espécie de tradução de *dictablanda*, de origem espanhola e bastante utilizada por nomes como o ex-ditador chileno Augusto Pinochet. Em resposta ao jornal, vários professores e pesquisadores (como por exemplo Maria Victoria de Mesquita Benevides) condenaram a atitude e, como resposta, a *Folha* indicou que, por não ter condenado publicamente à ditadura “de esquerda” em Cuba, por exemplo, a indignação dos intelectuais era “obviamente cínica e mentirosa” (*Painel do Leitor*, 20/02/2009).

81 BRASIL. LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 25. ago. 2023.

82 ALONSO, Angela. Treze. A política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

83 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

84 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Tal aspecto, que dialoga com as perspectivas colocadas na obra de Gaspari (que era e é funcionário da *Folha*) e que foram criticados negativamente por Napolitano (e também por praticamente toda a bibliografia produzida nesse contexto) tiveram espaço em uma outra obra de Marco Antonio Villa, *Ditadura à brasileira*. Dialogando com as perspectivas colocadas na obra de Gaspari, o autor procurou dar uma nova perspectiva para o período, indicando que o período ditatorial ocorrera, de fato, de 1968 (instituição do AI-5) até 1979 (com a publicação da Lei de Anistia). Os governos de Castelo Branco e de João Batista Figueiredo, por exemplo, não poderiam ser considerados como ditatoriais, uma vez que nesses períodos existiram inúmeras manifestações políticas e culturais, além de que os dois mandatários seriam mais próximos da ideia de retorno da democracia do que seu combate⁸⁵. Por fim, Villa confirmou o princípio da ditabranda, indicando que o regime militar brasileiro fora menos incisivo e letal do que grande parte das ditaduras existentes na América Latina, em geral.⁸⁶

Embora na produção acadêmica existiram poucas vozes como a de Villa, o embate entre as diferentes formas de se olhar para o golpe e a ditadura radicalizaram-se cada vez mais, sobretudo após o afastamento e *impeachment* de Dilma Rousseff, que fora reeleita em 2014 e, no ano seguinte, acusada de condutas fiscais inadequadas, que popularmente ficou conhecida como “pedaladas fiscais”⁸⁷. Após um amplo processo de articulação de vários grupos, com ação decisiva da Câmara dos Deputados, em especial de seu presidente, Eduardo Cunha, Dilma foi afastada do cargo em março de 2016 e, cinco meses depois, perdeu-o em definitivo, embora não seus direitos políticos.⁸⁸

Dentre as várias declarações de voto na sessão da Câmara (que foi transmitida, ao vivo, durante todo o dia nas principais emissoras de televisão do país), certamente a que mais chamou a atenção foi de Jair Bolsonaro, notório

85 VILLA, Marco A. *Ditadura à brasileira: 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.

86 VILLA, Marco A. *Ditadura à brasileira: 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.

87 PINTO, Célia R. J. *Dilma – uma mulher política*. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018 (Coleção Cult).

88 PINTO, Célia R. J. *Dilma – uma mulher política*. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018 (Coleção Cult).

defensor do período ditatorial e já conhecido por inúmeras colocações polêmicas (dentre elas, indicando que os militares tinham “matado pouco” no período e de que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter sido fuzilado, como vários outros nomes da política brasileira), que votou à favor do impeachment, com os seguintes dizeres: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”.⁸⁹

Dois anos depois, já no governo de Michel Temer, Bolsonaro foi eleito presidente, assumindo o cargo em 2019 sob a perspectiva de renovação na política nacional. Em relação ao golpe de 1964, o militar já nos anos anteriores fazia questão de comemorar o dia 31 de março, indicando que era a data em que o Exército brasileiro havia “salvo” o Brasil do Comunismo, de se tornar uma “nova Cuba”. Sendo assim, em seu governo a produção sobre o assunto voltou à tona com bastante força, tendo em vista que o debate sobre a memória e o legado do período ditatorial ganhara destaque com base em inúmeras declarações tanto do mandatário como de seus ministros, como o general Walter Souza Braga Netto (que viria a ser candidato a vice-presidente de Bolsonaro em 2022), que no comando da pasta da Defesa declarou que o “movimento de 31 de março de 1964” fora importante por manter a ordem, uma vez que “havia ameaça real à paz e à democracia”, indicando que “As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País, enfrentando os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos”.⁹⁰

A defesa dessa perspectiva, que pode ser encontrada em inúmeros outros exemplos desse período, ganhou força no debate histórico não em livros, mas sim na parte audiovisual. Criada em 2016, no bojo do processo de impeachment e na radicalização da disputa política no Brasil, a empresa *Brasil Paralelo* começou a investir na produção de documentários que buscavam uma “nova perspectiva” para a História, indicando que a produção historiográfica estaria “dominada pela Esquerda” e que era necessária uma nova visão de

89 CHAIA, Vera L. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff???. In: *Opinião Pública e Conjuntura Política*. Ano 8 – N. 02, Abril de 2016, ISSN: 2176 – 4883, p. 47-54, p. 48.

90 BRASIL. Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso em: 01. set. 2023.

mundo que legitimasse os levantes contra Dilma, Lula, o PT e os grupos identificados com pautas mais progressistas, em geral.⁹¹

A empresa, que apresenta alto índice de engajamento em redes sociais e, em seu *site* possui vídeos de inúmeras áreas produzidas (entrando em outros campos, como aulas para pré-vestibulandos ou análises de temas literários e cultura em geral), tendo vários planos de assinatura e com uma imensa lista de colaboradores, mantendo a perspectiva, no caso da produção historiográfica, em “recontar” a história sob uma perspectiva que não fosse enviesada por nenhum interesse político, mas sim “independente” ou, como o próprio título do negócio indica, “paralelo”.

No entanto, como apontado por Arthur Lima de Ávila, tais discursos do *Brasil Paralelo* são, por si só contraditórios, na medida em que, ao combater uma visão de mundo supostamente influenciada por determinados grupos, sua própria crítica já ganha contornos ideológicos e parciais⁹². Discussão bastante antiga em textos em que se debate a Teoria da História, no caso em destaque alguns valores que estariam supostamente negligenciados pela historiografia oficial, aparecem nas abordagens da empresa com bastante frequência, tendo em especial aspecto a relação do Brasil com a Igreja Católica. A série mais famosa de vídeos nessa perspectiva, intitulada *Brasil: a última cruzada*, perpassa vários momentos históricos distintos sempre dentro dessa perspectiva, buscando realinhar o Brasil dentro de um panorama moral de organização social que coadune com os pressupostos do predomínio cristão sobre toda a sociedade.⁹³

Dentre os vídeos produzidos, o documentário *1964 – O Brasil entre armas e livros*, lançado em 2019 (poucos meses após a posse de Bolsonaro) traz à tona todas as perspectivas discutidas nos parágrafos anteriores para a temática central desse capítulo, o golpe militar. Trazendo um princípio defendido, entre outros autores dessa perspectiva, o astrólogo Olavo de Carvalho, o documentário reforça a ideia de que o golpe de 1964 foi apenas uma reação contra o “imenso” perigo apresentado pelos comunistas, que teriam inclusive

91 AVILA, Arthur L. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, 2021, vol. 41, no 87 • pp. 161-184.

92 AVILA, Arthur L. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, 2021, vol. 41, no 87 • pp. 161-184.

93 NICOLAZZI, Fernando. *Brasil Paralelo: restaurando a pátria, resgatando a história*. Seminário 3x22: Independência, memória e historiografia, 24-28 de maio de 2021.

agentes infiltrados no governo de João Goulart e que estariam preparando a tomada do país para as garras de Krushchov.⁹⁴

O documentário não se fundamenta em praticamente nenhum dos aspectos discutidos pelos pesquisadores e pesquisadoras da área, limitando-se a criar um cenário no qual legitima, com base em supostos especialistas na área, a visão difundida pelos agentes das culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica (sobretudo os membros das duas primeiras) sobre o golpe de Estado⁹⁵. Embora amplamente contestado no meio historiográfico e nas pesquisas em geral⁹⁶, até o mês de setembro de 2023 o documentário, que é liberado gratuitamente na plataforma do Youtube, possui mais de 11 milhões de visualizações, número que expressa o grande impacto e alcance dessa obra para o público em geral.

Vários artigos, entrevistas e obras foram lançados, recentemente, como forma de contestar a perspectiva indicada pelo documentário. Lançado em 2021, o livro *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta, é um dos exemplos mais notáveis dessa perspectiva, trazendo uma análise que, de maneira semelhante aos vários textos publicados em 2014, sintetizam todo o período militar, versando desde a movimentação pelo golpe até os desdobramentos da ditadura após o seu fim.⁹⁷

No entanto, a grande diferença em relação aos outros textos é o posicionamento político do autor. No campo historiográfico tal discussão, já evidenciada há muito tempo e com a conclusão, praticamente consensual, de que não existe nenhuma produção histórica “neutra”, embora toda a pesquisa deve ter critérios metodológicos e teóricos bastante consolidados, uma vez que História não pode ser confundida com uma opinião ou ideia solta, sem

94 SILVA, José A; COLACIOS, Roger D. 1964 - O Brasil entre armas e livros: negacionismos e revisionismo da história». *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, vol. 27, no. 1, 2023, pp. 122-159.

95 SILVA, José A; COLACIOS, Roger D. 1964 - O Brasil entre armas e livros: negacionismos e revisionismo da história». *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, vol. 27, no. 1, 2023, pp. 122-159.

96 ROCHA, João César de C. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

97 MOTTA, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

nenhum tipo de embasamento⁹⁸. Como Marc Bloch indica: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”⁹⁹, sendo que é exatamente nesse ponto que o autor indica a discussão, referindo-se de maneira geral aos grupos que, ao tratar da temática explorada, “buscam desacreditar os pesquisadores acadêmicos, vistos como um obstáculo às tentativas de fazer prevalecer versões farsescas ou falseadoras da história”, sendo que “os nostálgicos da ditadura pretendem substituir o saber acadêmico por suas opiniões, paixões e preconceitos”.¹⁰⁰

Por fim, vários outros temas foram alvos de debate e aspectos ligados à ditadura vieram à tona pelas mãos do então presidente Bolsonaro ou de nomes relacionados a ele como, por exemplo, o pedido por um “novo” AI-5 e as manifestações contra o sistema democrático nas efemérides de 07 de setembro¹⁰¹. Como Motta indicou no título de seu livro, é possível indicar que a Ditadura Militar ainda é um “passado presente”¹⁰², que ainda reverbera de maneira bastante intensa e que suscita, diretamente, as movimentações políticas institucionais atualmente no Brasil.

Conclusão

A perspectiva apresentada buscou, em linhas gerais, delimitar como o governo João Goulart, sobretudo seu fim abrupto, foi analisada ao longo dos anos, levando em conta os intensos debates historiográficos e memorialísticos em relação à sua figura, bem como à natureza ditatorial que se instalou no país após o golpe civil-militar de 1964.

98 FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

99 BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 75.

100 MOTTA, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 15.

101 FRANCKLIN, Adelino; TELES, Janaína A.; FIDELIS, Thiago. Versões e controvérsias sobre o AI-5: os ecos e repercussões da Ditadura Militar no Brasil. *História e Cultura*, v. 10, n. 2, dez/2021.

102 MOTTA, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Longe de esgotar a temática (já bastante explorada e certamente revisitada nos próximos anos e décadas), o objetivo foi analisar e refletir sobre essas formas de construção da narrativa sobre o governo de Jango, tendo em vista os usos políticos e sociais que foram feitos dessa questão ao longo desses sessenta anos de golpe de Estado.

O recente mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2023), com os inúmeros discursos referentes à um novo golpe de Estado e as tentativas, seja nas mobilizações dos acontecimentos de 07 de setembro, nos bloqueios rodoviários após a derrota eleitoral em outubro de 2022, bem como na ocupação de Brasília em 08 de janeiro de 2023, demonstram que, como evidenciou Motta¹⁰³, a ditadura é um passado ainda bastante presente, cujo espectro ainda ronda toda a política institucional e a sociedade brasileira, em geral.

Referências

Fontes

BRASIL. LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm.

Acesso em: 25. ago. 2023.

BRASIL. *Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021>. Acesso em: 01. set. 2023.

CONY, Carlos H. O ato e o fato: o som e a fúria do que se viu no Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DINES, Alberto (org). Os idos de março e a queda em abril. José Álvaro Editor: Rio de Janeiro, 1964.

Jornal *Correio da Manhã*, edições de 1964.

¹⁰³ MOTTA, Rodrigo P. S. Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Jornal *Folha de S. Paulo*, edições de 2009.

MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOREL, Edmar. Histórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Bibliografia

ALONSO, Angela. Treze. A política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALVES, Maria H. M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 5^o edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

AVILA, Arthur L. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, 2021, vol. 41, no 87 • pp. 161-184.

BLOCH, Marc. A apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

CARDOSO, Fernando H. Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven, Conn: Yale University Press, 1973.

CHAIA, Vera L. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff???. In: *Opinião Pública e Conjuntura Política*. Ano 8 – N. 02, Abril de 2016, ISSN: 2176 – 4883, p. 47-54.

CUNHA, Luiz A. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

DELGADO, Lucília A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, 2010, 14(28), p. 125-145.

- DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3^o ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela História. 3^o ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. 3^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Marieta M. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FERREIRA, Marieta M. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira A. (org.). A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. São Paulo: Record, 2004.
- FIDELIS, Thiago. Tostão contra o milhão: a trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de S. Paulo (1947/1955). Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2015 (Luminária Acadêmica).
- FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FRANCKLIN, Adelino; TELES, Janaína A.; FIDELIS, Thiago. Versões e controvérsias sobre o AI-5: os ecos e repercussões da Ditadura Militar no Brasil. História e Cultura, v. 10, n. 2, dez/2021.
- GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Angela C.; FERREIRA, Jorge. Jango: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13^o ed. 2007.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan/mar. 2018.

MELO, Demian B.; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. Tempos Históricos, Volume 18, 1^o Semestre de 2014, p. 13 -43.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil - 1961-1964. Brasília: Editora da UnB, 2001.

MOTTA, Rodrigo P. S. Jango e o Golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOTTA, Rodrigo P. S. Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX, Volumen 2, Año 2, 2011, p. 209-217.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, [S. l.], v. 8, n. 15esp, p. 9-44, 2015.

NICOLAZZI, Fernando. Brasil Paralelo: restaurando a pátria, resgatando a história

Seminário 3x22: Independência, memória e historiografia
24-28 de maio de 2021.

PARKER, Phyllis R. 1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

PINTO, Célia R. J. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018 (Coleção Cult).

RAMPINELLI, Waldir. Uma análise sobre a trilogia de Elio Gaspari que trata da ditadura militar brasileira. Fronteiras. Revista Catarinense de História, núm. 24, 2014, pp. 160-165.

ROCHA, João César de C. Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

SANTOS, Wanderley G. Sessenta e quatro: anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SILVA, José A; COLACIOS, Roger D. 1964 - O Brasil entre armas e livros: negacionismos e revisionismo da história». Revista de Historia Social y de las Mentalidades, vol. 27, no. 1, 2023, pp. 122-159.

SILVA, Juremir M. Jango: a vida e a morte no exílio. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAÚJO, Maria C. (org). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Gláucio A. O Golpe. In: SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAÚJO, Maria C. (org). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, Maria C. C. Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais. Série 1, v. 3).

STEPAN, Alfred (org). Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future. New Haven, Conn: Yale University Press, 1973.

- STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TAVARES, Flávio. 1964: O golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.
- VILLA, Marco A. Ditadura à brasileira: 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.
- VILLA, Marco A. Jango: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Recebido em 30 de agosto de 2024
Aprovado em 05 de maio de 2025